



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Instituto Estadual do Ambiente  
Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência (TR) vem apresentar critérios para a contratação de empresa para prestação de serviços em apoio à operação do Centro de Triagem de Animais Silvestres de Seropédica (CETAS-Seropédica/RJ) e das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) localizadas no estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica 24/2024 (ACT 24/2024) celebrado entre o INEA e o IBAMA para a gestão compartilhada do CETAS-Seropédica/RJ e das ASAS.

#### 1.1. JUSTIFICATIVA

O Centro de Triagem de Animais Silvestres de Seropédica (CETAS-Seropédica) é o único CETAS em funcionamento no estado do Rio de Janeiro e opera sob a gestão do IBAMA desde 2003. Atualmente, o CETAS-Seropédica conta com uma equipe técnica de quatro servidores ambientais, além de cinco tratadores, segurança patrimonial 24h e auxiliares de serviços gerais. Essa equipe é responsável por receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar cerca de 6 mil animais silvestres provenientes das ações de fiscalização, resgate ou entrega voluntária no estado todo ano, sendo um importante elo no combate ao tráfico de animais silvestres no Rio de Janeiro.

Além de receber, identificar, triar, tratar e reabilitar os animais silvestres, os CETAS também visam proporcionar a melhor destinação possível para cada um deles, de acordo com as condições de reabilitação de cada indivíduo. O destino adequado para a soltura dos animais são as Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS). Atualmente, existem cerca de 20 ASAS cadastradas pelo IBAMA no estado do Rio de Janeiro, porém, o programa de prospecção e cadastramento de ASAS pelo INEA ainda encontra-se em desenvolvimento. Sendo assim, também faz parte da presente contratação a identificação, avaliação e apoio ao cadastramento de ASAS no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, além da execução das atividades de soltura de diversas espécies de animais silvestres destinados pelo CETAS, assim como de levantamento e monitoramento de avifauna em ASAS e potenciais ASAS identificadas pelo INEA, já que cerca de 75% dos animais recebidos nos CETAS pertencem ao grupo das aves.

Com o objetivo de estabelecer uma gestão compartilhada dos CETAS sob tutela federal, a Instrução Normativa IBAMA nº 05 de 13 de maio de 2021 (IN IBAMA 05/2021), em seu artigo 37, declara que o recebimento de animais oriundos de apreensões estaduais, distritais e municipais fica condicionado à celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) para compartilhamento dos custos operacionais com os respectivos órgãos estaduais de meio ambiente. Assim, para atendimento a IN IBAMA 05/2021, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica 24/2024 (ACT 24/2024) entre o INEA e o IBAMA, havendo no documento a repartição das responsabilidades e atribuições para a gestão do CETAS-Seropédica/RJ.

De forma geral, o objetivo deste documento é contratar os serviços necessários para que o Instituto Estadual do Ambiente possa cumprir com as suas competências no ACT 24/2024 e compartilhar com o IBAMA a operação rotineira do CETAS-Seropédica, com o intuito de aprimorar as atividades já

desenvolvidas, para aumentar a eficiência dos processos e, na medida do possível, elevar os resultados alcançados, além de ampliar as atividades de levantamento e monitoramento de avifauna em ASAS e potenciais ASAS. Para tanto, é necessária a disponibilização de mais profissionais habilitados para os trabalhos desenvolvidos, tais como médicos veterinários, biólogos, zootecnista e auxiliar administrativo, uma vez que analistas ambientais, vigias, tratadores e serventes de limpeza fazem parte do quadro atual do IBAMA lotado no CETAS.

Desta forma, a equipe CONTRATADA realizará, junto ao IBAMA, o recebimento, resgate, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação, destinação, transporte, aclimatação, soltura, levantamento e monitoramento de animais silvestres, além do fornecimento de alimentos, exames laboratoriais, equipamentos para monitoramento e resgate de fauna e infraestrutura operacional.

## 1.2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Esta contratação está prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) de 2025, conforme Documento de Oficialização de Demanda nº [243200/2025/00008](#), criado e aprovado pelo responsável desta DIRBAPE.

## 1.3. OBJETIVOS

A presente contratação tem como objetivo viabilizar a operação do CETAS-Seropédica/RJ e das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) certificadas no estado e identificadas pelo INEA como potenciais, com equipe adequada atuando no recebimento, resgate, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação, destinação, transporte, aclimatação, soltura, levantamento e monitoramento de animais silvestres, além do fornecimento de alimentos, realização de exames laboratoriais, fornecimento de equipamentos e garantindo a infraestrutura operacional.

### Objetivos específicos:

- Contratar equipe para planejar e executar as atividades operacionais rotineiras do CETAS;
- Adquirir e fornecer produtos alimentícios;
- Realizar exames laboratoriais;
- Realizar solturas, levantamentos e monitoramento de avifauna em ASAS;
- Adquirir e fornecer equipamentos para as amostragens de avifauna;
- Fornecer computadores e assistência técnica;
- Adquirir e fornecer veículo, manutenção e operação;
- Realizar análise crítica da atuação do CETAS no período de vigência do contrato.

## 2. DO OBJETO

### 2.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços em apoio à operação do CETAS-Seropédica/RJ e das ASAS localizadas no estado, em atendimento ao ACT 24/2024 celebrado entre o INEA e o IBAMA para a gestão compartilhada do CETAS e das ASAS, por meio do desenvolvimento de atividades técnicas de recebimento, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação, destinação e monitoramento dos animais silvestres por profissionais habilitados e fornecimento de produtos alimentícios.

### 2.2. ESPECIFICAÇÕES, ITENS E QUANTIDADES

CÓDIGO SIGA	ID	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
0308.002.0088	137621	SERVICOS DE APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, TECNICAS E OPERACIONAIS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO, PRESTACAO DE SERVICO DE APOIO AS ATIVIDADES TECNICAS E OPERACIONAIS	SERVIÇO

### 2.3. NATUREZA DO OBJETO

Conforme a Lei Federal nº 14.133/2021:

*“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*[...]*

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

*[...]*

*XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;” (g.n)*

Nesse sentido, entende-se que o objeto desse estudo enquadra-se na definição de SERVIÇO COMUM, contratado por escopo.

### 2.4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A dinâmica de execução dos serviços poderá ser ajustada quando necessário, conforme as demandas do INEA, sendo respeitada a jornada regulamentar de trabalho máxima de 40 (quarenta) horas semanais. Quando alteradas, as novas escalas de trabalho devem ser descritas em uma versão atualizada do Plano de Trabalho, ratificado entre a CONTRATADA e o INEA.

### 2.5. ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS

#### **Atividade 1: Elaboração, apresentação e entrega do Plano de Trabalho**

A CONTRATADA deverá agendar e realizar reunião inicial com o INEA (GERFAU/DIRBAPE) até 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do contrato para apresentação do Plano de Trabalho (PT) e pactuação das etapas e do cronograma planejado com a equipe da CONTRATANTE.

- O Plano de Trabalho deverá ser conciso, objetivo e claro, contendo minimamente:
- Contextualização, contando com uma breve visão geral do projeto;
- Objetivos gerais e específicos;
- Descrição geral;
- Relação das atividades a serem desenvolvidas;
- Cronograma de execução, contando com os prazos de entrega dos produtos;
- Metodologia simplificada adotada em cada atividade, trazendo as principais abordagens;
- Os riscos que podem afetar a execução;
- Matriz de responsabilidades;
- Fluxos propostos para envio e aprovação dos produtos, incluindo os canais e meios de

comunicação direta.

O PT contendo os ajustes indicados pela equipe do INEA na reunião inicial, deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 15 (quinze) dias após a referida reunião.

Caso haja necessidade, o INEA poderá indicar novos ajustes no PT apresentado e solicitar uma nova reunião para adequação, seguindo o fluxo acordado entre INEA e CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá registrar todas as reuniões em atas e disponibilizá-las para o INEA dentro dos relatórios mensais.

### **Atividade 2: Planejamento e execução das atividades operacionais rotineiras do CETAS.**

Será de responsabilidade da CONTRATADA a alocação da equipe técnica mínima descrita no **Anexo I - Qualificação técnica e matriz de responsabilidades** para execução das atividades descritas.

A equipe CONTRATADA deverá planejar e realizar as atividades cotidianas e operacionais dos CETAS como: receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar animais silvestres oriundos de instituições estaduais, provenientes da ação da fiscalização e resgate, em ação conjunta com os partícipes do ACT.

Faz parte das atribuições da equipe a realização das atividades externas ao CETAS, como solturas, monitoramentos e resgates, descritas no **Anexo I**. Para a execução dessas atividades, inclui-se a condução do veículo a ser fornecido pela CONTRATADA. Nestas ocasiões, a CONTRATADA deverá custear a alimentação e a estadia dos membros da equipe, fornecendo diárias, usando como base o descrito nas tabelas presentes no **Anexo II - Produtos alimentícios**.

A CONTRATADA deverá manter a equipe técnica sempre capacitada e com técnica apurada, estimulando e custeando a participação dos profissionais em congressos e encontros voltados para o tema do contrato.

A equipe CONTRATADA deverá elaborar, em conjunto com a equipe do INEA, os seguintes protocolos, contemplando a ação conjunta entre os partícipes do ACT:

- a) Protocolo para o recebimento, a identificação, a marcação e a triagem dos animais recebidos no CETAS, de acordo com a origem da apreensão;
- b) Protocolo para avaliação e o manejo dos animais recebidos no CETAS, de acordo com a origem da apreensão;
- c) Protocolo para o atendimento médico-veterinário de animais recebidos no CETAS/RJ, de acordo com a origem da apreensão;
- d) Protocolo para a reabilitação e destinação de animais recebidos no CETAS;
- e) Protocolo para a realização de solturas;
- f) Protocolo para o levantamento e o monitoramento de avifauna;
- g) Protocolo para a destinação de carcaças e demais materiais contaminantes oriundos do CETAS;
- h) Protocolo para controle de pragas e vetores no CETAS.

Estes protocolos deverão compor o Produto 2 - Relatório mensal referente ao segundo mês da contratação.

### **Atividade 3: Aquisição e fornecimento de produtos alimentícios.**

A CONTRATADA deverá proporcionar o fornecimento ininterrupto dos produtos alimentícios descritos no **Anexo II**.

A CONTRATADA deverá planejar e organizar as entregas dos produtos alimentícios (respeitando o **Anexo II**), mediante a entrega de uma Ordem de Serviço, aprovada pela equipe do INEA.

A relação constante nas tabelas do **Anexo II** refere-se a média estimada de consumo anual

de funcionamento do CETAS e deverá ser adquirida pela empresa contratada e fornecida conforme a demanda solicitada pelo corpo técnico do CETAS, em quantidade e frequência, podendo haver alterações pontuais, conforme solicitado pela CONTRATANTE.

Visando atender demandas de emergência, o INEA poderá solicitar entregas extraordinárias, que deverão ser atendidas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Os produtos descritos devem ser entregues em estado adequado para consumo, íntegros, sem sujeiras, parasitas, larvas ou fungos, devendo estar com grau de maturação adequado, que permita suportar a manipulação e o transporte.

Os produtos de origem animal devem ser oriundos de estabelecimentos com registro no serviço de inspeção oficial.

A equipe CONTRATADA deverá averiguar os produtos alimentícios no momento da entrega, comparando as especificações, quantidades e validade com o que foi previsto no TR e na Ordem de Serviço mensal.

Ficará a cargo da CONTRATADA providenciar a troca dos produtos impróprios para consumo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da ciência do defeito, salvo nos casos devidamente justificados.

É de responsabilidade da CONTRATADA os custos com o transporte dos produtos, dentro do prazo de garantia, independentemente do número de ocorrências, quando a troca não ocorrer no local de entrega dos materiais.

O INEA poderá solicitar alteração nas quantidades e descrições dos produtos listados nas tabelas do **Anexo II** a qualquer momento, respeitando o orçamento previsto.

As entregas deverão ser agendadas junto à equipe do INEA, ficando estabelecido o e-mail [cetas.inea@gmail.com](mailto:cetas.inea@gmail.com) para contato e o período convencional das 8:00 às 17:00, de segunda à sexta-feira.

### **Serviço 3.1:** Fornecimento de alimentos não perecíveis.

A CONTRATADA deverá realizar a entrega da ração, sementes e suplementos alimentares previstos no **Anexo II**, mensalmente, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, devendo a CONTRATADA agendar a mesma por e-mail oficial e, caso necessário, telefone, com antecedência de 07 (sete) dias.

A validade dos produtos a serem entregues deverá ser de pelo menos seis meses antes do término.

### **Serviço 3.2:** Fornecimento de alimentos perecíveis.

A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos hortifrutigranjeiros e carnes, previstos no **Anexo II**.

Os hortifrutigranjeiros, deverão ser entregues duas vezes por semana, das 8 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, em dias acordados entre a CONTRATADA e INEA.

A validade dos hortifrutigranjeiros perecíveis a serem entregues deverá ser de pelo menos três dias ou mais, ou seja, devem estar em boas condições até a data da entrega seguinte e deverão ser transportados em veículo com refrigeração.

As carnes congeladas deverão ser entregues uma vez a cada duas semanas, das 8 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, devendo a CONTRATADA agendar a mesma por e-mail oficial e, caso necessário, telefone, com antecedência de 07 (sete) dias.

A validade das carnes congeladas perecíveis a serem entregues deverá ser de, pelo menos, três meses ou mais e deverão ser transportadas em veículo com refrigeração.

### **Atividade 4: Realização de análises e exames laboratoriais.**

A CONTRATADA deverá realizar a coleta das amostras biológicas e viabilizar a realização de exames moleculares de todos os psitacídeos recebidos no CETAS, a partir de amostras individuais ou por meio de pool biológico de até três aves, utilizando a metodologia *Polimerase Chain Reaction* – PCR.

A CONTRATADA deverá arcar com os custos da coleta, armazenamento e transporte do material biológico para a realização dos exames, caso o laboratório onde estes serão realizados não forneça o material e serviço necessários.

Os laboratórios onde serão realizados os exames deverão estar regularmente licenciados e autorizados pelos órgãos competentes para atuar nesta finalidade.

A CONTRATADA deverá providenciar a logística para a retirada das amostras biológicas pelo laboratório no CETAS, localizado na Flona Mário Xavier, rodovia BR-465, km 3,5, bairro Boa Esperança, município de Seropédica/RJ, CEP 23.894-890, com data e horário a combinar ou encaminhar via Correios ou transportadora, as amostras para os laboratórios.

O serviço de transporte, a cargo da CONTRATADA, deverá garantir que as amostras serão mantidas em condições adequadas durante o transporte, de forma a garantir a estabilidade da amostra desde o momento da retirada até a entrega no local de processamento.

A equipe da CONTRATADA será responsável pela correta identificação das amostras.

A CONTRATADA deverá encaminhar os laudos dos exames realizados anexados ao relatório mensal. Em caso de resultado positivo, deverá comunicar o INEA e adotar os procedimentos previstos no Protocolo para Atendimento Veterinário.

A CONTRATADA deverá realizar a repetição dos exames laboratoriais como contraprova quando houver justificativa técnica (resultado positivo, animal apresentando sinais clínicos ou suspeita de ocorrência de surto no plantel). A contraprova não poderá ser realizada no laboratório onde foi realizada a primeira análise.

#### **Serviço 4.1:** Realização dos exames laboratoriais para detecção de agentes.

Os exames deverão ser solicitados e realizados conforme a demanda de recebimento de psitacídeos.

A CONTRATADA deverá disponibilizar 500 exames laboratoriais de Bornavírus aviário (PDD), Circovírus de psitacídeos (PBFD) e Herpesvírus de psitacídeos (Doença de Pacheco) por ano. Prevê-se um acréscimo de 20% do quantitativo para a realização de contraprova.

A CONTRATADA deverá disponibilizar 1000 exames laboratoriais de *Chlamydia psittaci* por ano.

As coletas deverão ser agendadas junto à equipe do INEA, ficando estabelecido o e-mail [cetas.inea@gmail.com](mailto:cetas.inea@gmail.com) para contato e o período convencional das 8:00 às 17:00, de segunda à sexta-feira.

#### **Atividade 5:** Realização de atividades externas ao CETAS

A CONTRATADA deverá planejar, organizar, executar e reportar atividades externas ao CETAS, como:

- Solturas, levantamentos e monitoramentos de avifauna em ASAS e potenciais ASAS identificadas pelo INEA;
- Resgates de fauna;
- Transporte de fauna entre centros de atendimento.

#### **Serviço 5.1:** Realização de solturas, levantamentos e monitoramentos de avifauna em ASAS e potenciais ASAS identificadas pelo INEA.

A equipe contratada deverá apoiar a identificação, avaliação e cadastramento das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

A equipe contratada deverá estar apta a realizar solturas e monitoramento de avifauna.

A equipe contratada deverá realizar 03 (três) campanhas de 03 (três) dias por mês para levantamento, soltura e monitoramento de avifauna em ASAS certificadas ou potenciais ASAS identificadas pelo INEA dentro do território do Estado do Rio de Janeiro.

As metodologias utilizadas nessas atividades deverão ser definidas no Protocolo para a realização de solturas e no Protocolo para o levantamento e o monitoramento de avifauna, podendo ser ajustada, em conjunto com o INEA, conforme as características geográficas da localidade, dos equipamentos usados no monitoramento e de acessos e particularidades logísticas.

A equipe contratada deverá apresentar mensalmente o planejamento para a execução das atividades referidas neste Serviço, sendo as áreas a serem amostradas definidas em conjunto com o INEA.

Deverão constar no relatório do monitoramento, no mínimo, informações sobre a equipe presente em campo, localidade, data (início e fim da atividade), metodologia(s) utilizada(s), espécies observadas, espécimes observados (no caso de identificação dos indivíduos translocados) e observações sobre a biodiversidade e condições gerais, quando necessário.

A CONTRATADA deverá disponibilizar para o INEA os dados brutos tabelados referentes ao monitoramento de fauna, conforme prazos e especificações a serem definidas no Plano de Trabalho.

A CONTRATADA deverá reportar ao INEA imediatamente caso seja observada morbidade e mortalidade em massa.

Os procedimentos de soltura e monitoramento devem seguir os protocolos elaborados pelas equipes atuantes no CETAS e por representantes do INEA.

#### **Serviço 5.2: Realização de resgates de fauna.**

A equipe CONTRATADA deverá estar apta a realizar resgates de fauna sempre que necessário.

A equipe CONTRATADA deverá realizar, pelo menos, 01 (uma) ação de resgate por mês, caso necessária.

Deverão constar no relatório do resgate, no mínimo, informações sobre a equipe presente em campo, localidade, data (início e fim da atividade), metodologia(s) utilizada(s), espécies observadas, espécimes observados (no caso de identificação dos indivíduos resgatados) e observações sobre o estado de saúde dos animais resgatados e as condições do local do resgate.

Os procedimentos de resgate devem seguir os protocolos elaborados pelas equipes atuantes no CETAS e por representantes dos órgãos ambientais.

#### **Serviço 5.3: Realização de transporte de animais entre unidades de atendimento.**

A equipe CONTRATADA deverá estar apta a realizar transporte de animais entre unidades de atendimento como CETRAS, CRAS, entre outros, sempre que necessário.

A equipe CONTRATADA deverá realizar, pelo menos, 02 (duas) ações de transporte por mês, caso necessário.

Deverão constar no relatório de transporte, no mínimo, informações sobre a equipe presente, localidade, data (início e fim da atividade), metodologia(s) utilizada(s), espécies observadas, espécimes observados (no caso de identificação dos indivíduos transportados) e observações sobre o estado de saúde dos animais transportados.

Os procedimentos de transporte devem seguir os protocolos elaborados pelas equipes atuantes no CETAS e por representantes dos órgãos ambientais.

#### **Atividade 6: Aquisição e fornecimento de equipamentos para a realização das atividades de amostragem de avifauna e resgates de fauna.**

A CONTRATADA deverá adquirir e fornecer os equipamentos descritos nas Tabelas A e B do **Anexo III - Lista de equipamentos**, nos prazos previstos no **Anexo IV - Cronograma de execução e desembolso**, para a realização das atividades externas ao CETAS, previstas na Atividade 5.

A equipe contratada deverá averiguar os equipamentos no momento da entrega, comparando as especificações e quantidades com o que foi previsto no TR. Fica a cargo da CONTRATADA providenciar a troca dos equipamentos defeituosos.

É de responsabilidade da CONTRATADA arcar com os custos de transporte dos materiais recusados, independentemente do número de ocorrências, quando a substituição adequada não ocorrer no local de entrega dos mesmos.

É de responsabilidade da CONTRATADA manter o pleno funcionamento dos equipamentos, devendo realizar manutenção preventiva, eventuais consertos e substituí-los quando necessário, a fim de não interromper sua utilização durante o período do projeto.

Os equipamentos adquiridos deverão ser doados ao INEA ao término do contrato.

As entregas deverão ser agendadas junto à equipe do INEA, ficando estabelecido o e-mail [cetas.inea@gmail.com](mailto:cetas.inea@gmail.com) para contato e o período convencional das 8:00 às 17:00, de segunda à sexta-feira.

#### **Atividade 7: Fornecimento de computadores e assistência técnica.**

A CONTRATADA deverá fornecer à equipe que irá atuar no CETAS-Seropédica/RJ 08 (oito) computadores, mantendo o funcionamento dos aparelhos para uso no local.

Os computadores deverão ter acesso aos sistemas de controle de plantel/entrada/saída de empreendimentos de fauna silvestre, como SisCetas, Sisfauna, Sispas, entre outros e estar equipado com, no mínimo, pacote de aplicativos de escritório, de sistema de informação geográfica (SIGs) e outros softwares pertinentes.

Os computadores fornecidos devem possuir as seguintes especificações mínimas:

- Processador: 12 núcleos, 24 threads, cache de 18 MB e clock mínimo de 2,10 GHz;
- Memória RAM: 32 GB (2 x 16) de RAM DDR4 frequência mínima de 3200 MHz;
- Armazenamento: SSD de 256 GB ou superior;
- Placa de vídeo: Placa de vídeo dedicada;
- Monitor: Monitor de 22 polegadas ou superior;
- Sistema Operacional: *Windows* 10 Pro ou superior;
- Conectividade: Wi-Fi integrado e várias portas USB para conectar dispositivos externos;
- No-break compatível;
- Mousepad;
- Mouse;
- Teclado;
- Headset.

Em virtude de se manter a compatibilidade com plataformas e padrões dos computadores já adotados pelo INEA, indicou-se o sistema operacional *Windows* 10 Pro ou superior nas especificações mínimas dos computadores.

#### **Atividade 8: Fornecimento, manutenção e operação do veículo.**

A empresa CONTRATADA deverá fornecer 01 (um) veículo à equipe que irá atuar no CETAS, mantendo seu pleno funcionamento para as seguintes funções:

- Realização de ações de resgate de fauna;
- Transporte de animais silvestres oriundos de ações de resgate realizadas pelo INEA ou IBAMA;
- Transporte de animais silvestres entre unidades de atendimento à fauna (CETAS, CRAS, CETRAS, CAFS, entre outros) e CETAS ou ASAS, quando solicitado;
- Transporte dos animais do CETAS para as Áreas de Soltura de Animais Silvestres – ASAS cadastradas no IBAMA ou potenciais ASAS identificadas pelo INEA;



- Atividades de soltura, levantamento e monitoramento de fauna em ASAS e potenciais ASAS identificadas pelo INEA.

#### **Serviço 8.1:** Aquisição do veículo.

O veículo a ser fornecido deverá ser adquirido pela CONTRATADA e deverá ser doado ao INEA ao fim do contrato.

O veículo adquirido deve ter as seguintes especificações mínimas:

- Tração 4x4;
- Quatro portas;
- Capacidade de carga mínima: 1000 Kg;
- Motor: Diesel com potência mínima de 200 cv;
- Transmissão: Manual ou automática, com 6 velocidades;
- Direção: hidráulica ou elétrica;
- Comprimento mínimo: 5,0 metros;
- Altura mínima: 1,80 metros;
- Largura mínima: 1,80 metros;
- Caçamba: 1000 litros com capota em fibra de vidro e com janelas de correr;
- Climatização: Ar-condicionado nos dois ambientes (motorista e área de carga);
- Janelas: Deve haver janelas na área da carga para garantir ventilação adequada para os animais;
- Capacidade do tanque: 80 litros;
- Roda: aro 18;
- Piso: Antiderrapante e limpeza fácil;
- Iluminação: Cabine e na área da carga deve ter iluminação adequada para permitir que os animais sejam visualizados facilmente durante o transporte.

#### **Serviço 8.2:** Manutenção e operação do veículo.

A CONTRATADA deverá manter o veículo em pleno funcionamento durante toda a vigência do contrato, responsabilizando-se pelos custos referentes à manutenção, além de pedágio e combustível durante a execução das atividades listadas.

Os referenciais para cálculo-base para a estimativa do consumo de combustível durante as atividades está previsto na Tabela A do **Anexo V - Referências para a estimativa de gastos**.

Para estimativa do custo referente à combustível e pedágio, a contratada deverá indicar os valores unitários e a metodologia de formação dos mesmos, demonstrando-os no **Anexo VI - Planilha de composição de custos**.

Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar, anexado ao relatório mensal, todos os comprovantes e notas fiscais referentes aos pedágios pagos e abastecimentos realizados no período.

#### **Atividade 9:** Fazer uma análise crítica da atuação do CETAS no período de vigência do contrato.

Ao final de cada ano da execução, a CONTRATADA deverá elaborar um Relatório anual, contendo o levantamento e avaliação geral de todas as ações de recebimento, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação, destinação, soltura e monitoramento realizadas ao longo do projeto, trazendo os principais resultados.

O Relatório anual deverá conter:

- Sumário executivo;
- Visão geral concisa e crítica do planejamento das atividades e serviços, seus objetivos e resultados alcançados;

- Descrição das etapas-chave e atividades realizadas;
- Apresentação dos resultados obtidos, com uma análise integrada;
- Gráficos, tabelas ou outras representações visuais para sistematizar as informações e resultados alcançados;
- Comparação dos resultados com os objetivos iniciais do projeto para o ano vigente;
- Dificuldades encontradas e soluções aplicadas;
- Discussão sobre as implicações práticas e teóricas dos resultados;
- Recomendações para a melhoria dos procedimentos no próximo ciclo;
- Mapa georreferenciado com as ASAS onde ocorreram ações de soltura e monitoramento de fauna;
- Banco de imagens;
- Bibliografia completa.

Além da estrutura apresentada, o último relatório anual deverá conter uma compilação dos resultados obtidos ao longo de todo o projeto, comparando-os com os objetivos iniciais do mesmo e trazendo recomendações para projetos futuros com base nas experiências adquiridas.

## 4 DOS PRODUTOS

São os produtos à serem entregues pela CONTRATADA:

- Produto 1: Plano de Trabalho;
  - Produto da Atividade 1.
- Produto 2: Relatórios mensais;
  - Produto das Atividades 2 e 5.
- Produto 3: Relatório de aquisição e fornecimento de alimentos;
  - Produto da Atividade 3.
- Produto 4: Relatório de realização de exames laboratoriais;
  - Produto da Atividade 4.
- Produto 5: Relatório de aquisição e fornecimento de equipamentos de amostragem de avifauna;
  - Produto da Atividade 6.
- Produto 6: Relatório de disponibilização de equipamentos de T.I;
  - Produto da Atividade 7.
- Produto 7: Relatório de aquisição e disponibilização de veículo;
  - Produto da Atividade 8.
- Produto 8: Relatório anual;
  - Produto da Atividade 9.

Os Relatórios mensais deverão descrever as atividades de recebimento, resgate, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação, destinação, transporte, aclimação, soltura, levantamento e monitoramento de animais silvestres, além do fornecimento de alimentos, exames laboratoriais, equipamentos e infraestrutura operacional, realizadas no mês correspondente ao relatório como descrito no cronograma de execução e desembolso (**Anexo IV**) e no PT, junto com os respectivos comprovantes de compra, aluguel e realização dos serviços devidamente anexados.

Todas as reuniões realizadas pela equipe contratada deverão estar listadas nos Relatórios Mensais com as respectivas atas anexadas, assim como os relatórios dos resgates, transportes, visitas e viagens, com os responsáveis, participantes e datas de realização.

A estrutura dos Relatórios mensais deverá conter:

- Sumário executivo;
- Descrição das etapas-chave e atividades realizadas;
- Apresentação dos resultados obtidos de forma clara e objetiva;
- Gráficos, tabelas ou outras representações visuais para sistematizar as informações e resultados alcançados;
- Dificuldades encontradas e soluções aplicadas;

- Banco de imagens;
- Anexos referentes a cada mês (ordens de serviço, notas fiscais e demais documentos que comprovem a execução das atividades);
- Bibliografia completa.

Embora sejam produtos distintos, todos os relatórios deverão ser apresentados como componentes do Relatório Mensal (Produto 2), sendo devidamente separados por tópico, conforme classificação acima.

Os Produtos deverão ser apresentados em textos escritos em língua portuguesa, estruturados em formato .docx e formato .pdf (Microsoft Office em layout estabelecido pelo INEA). As normas mais recentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) deverão ser seguidas em todos os produtos entregues que deverão atender também as seguintes instruções:

- Todas as páginas dos documentos devem estar numeradas em ordem lógica;
- Deverá existir um sumário no início de cada documento entregue;
- O texto deve estar alinhado à esquerda, com espaçamento 1,5 entre as linhas.
- Anexos, tabelas, quadros, croquis, figuras, fotos e quaisquer outras instruções deverão estar numerados na ordem em que são citadas no texto e com respectivas fontes, quando for o caso, e apresentarem legendas completas e autoexplicativas.
- As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas.
- As palavras em outros idiomas e os nomes científicos deverão vir em itálico, sem separação de sílabas.
- Os nomes científicos devem ser seguidos ou antecédidos do nome popular da espécie em letras minúsculas e separado por hífen, como por exemplo: veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*) ou palmito-juçara (*Euterpe edulis*). Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão escritas em letras minúsculas seguidas de ponto.
- A citação de autores e obras deverá constar em lista de referências bibliográficas ao final de cada documento. Os trechos de citações copiados na íntegra deverão ser feitos somente quando realmente necessários e, nesses casos, a cópia deverá estar devidamente sinalizada no texto com aspas.

Todas as bases de dados espaciais geradas deverão ser entregues em mídia separada (shape, com todos os seus arquivos componentes (SHP, SHX, DBF, PRJ), geodatabase e tabelas no formato .xls e deverão estar estruturados e organizados conforme recomendações da GERFAU/DIRBAPE. Os dados em raster deverão estar em formato geoTIFF ou TIFF.

Todos os dados rasters e vetoriais deverão vir acompanhado de seus respectivos metadados (e.g. descrição geral do tema e de seus atributos, escala de aquisição do dado, fator de erro de obtenção de dado – erro posicional (RMS) ou *Positioning Dilution of Precision* (PDOP) ou *Relative Dilution of Precision* (RDOP), sistema geodésico, data de produção, fontes, processo de produção). Deverão ser utilizadas coordenadas geográficas (GMS ou UTM) e sistema geodésico SIRGAS 2000.

Os mapas deverão seguir as normas estabelecidas pela GERFAU/DIRBAPE, desenhos e gráficos poderão ser utilizados em outros formatos acordados entre as partes. Mapas, fotos e ilustrações devem estar em alta resolução (mínimo de 300 dpi), contendo autoria e legendas, além das respectivas autorizações de uso do material pelo INEA, para fins institucionais.

Os produtos deverão ser encaminhados à GERFAU/DIRBAPE por meio eletrônico. O documento final de cada relatório deverá passar por aprovação pela Comissão de Fiscalização.

## 5. DA MEDIÇÃO DO CONTRATO

Os produtos serão avaliados individualmente conforme fluxo abaixo:

- a) A CONTRATADA deverá entregar os produtos a CONTRATANTE conforme **Anexo IV - Cronograma de Execução e Desembolso** e informar a entrega à

CONTRATANTE;

- b) Os produtos serão avaliados pela CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis;
- c) Caso o resultado da análise aponte a necessidade de complementações, o produto deverá ser apresentado novamente à CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- d) A CONTRATANTE tem até 5 (cinco) dias úteis para analisar as complementações enviadas e emitir nova avaliação;
- e) Caso ainda versem pendências os produtos/serviços serão glosados;
- f) O produto glosado poderá ser apresentado no mês seguinte e seguirá o mesmo fluxo até que seja aprovado pela CONTRATANTE;
- g) A CONTRATANTE solicita a emissão de Nota Fiscal à CONTRATADA;
- h) A CONTRATANTE tem até 10 (dez) dias úteis para elaboração do Termo de Recebimento e Aceite e encaminhamento à DIREX;
- i) A DIREX encaminha a documentação à CONTRATANTE com autorização de pagamento.

O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento do TRA.

Os produtos e avisos oficiais deverão ser enviados por correio eletrônico oficial estabelecido no Plano de Trabalho;

A aprovação de cada relatório mensal que contém um ou mais produtos relacionados no item 4, dependerá da aprovação do formato final do respectivo produto.

## **6. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

## **7. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O contrato terá duração de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura e após sua publicação em Diário Oficial, podendo este prazo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante Termos Aditivos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, após a verificação de sua real necessidade e com vantagens para o INEA na sua continuidade.

## **8. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES**

A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos produtos alimentícios e dos equipamentos no CETAS localizado na Flona Mário Xavier, rodovia BR-465, km 3,5, bairro Boa Esperança, município de Seropédica/RJ, CEP 23.894-890.

A CONTRATADA deverá providenciar a logística para a coleta das amostras biológicas na Flona Mário Xavier, rodovia BR-465, km 3,5, bairro Boa Esperança, município de Seropédica/RJ, CEP 23.894-890, com data e horário a combinar, assim como envio das amostras biológicas coletada via Correios ou transportadora para os laboratórios.

As atividades a serem realizadas pela equipe técnica da CONTRATADA serão desenvolvidas no CETAS, no entanto, há a previsão de realização de atividades externas, com abrangência estadual.

## 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA estará sujeita às regras gerais sobre infrações e sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e especificamente à:

- A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade
  - da infração
  - advertência;
  - multa administrativa;
  - suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
  - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
  - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## 10. DO REAJUSTE

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base do orçamento, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo índice IPCA, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

Os preços dos demais insumos e serviços poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021 e os art. 2º e 3º da Lei n.º 10.192.

A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste. Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços.

É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

Para a prestação de serviços de mão de obra pelos profissionais:

O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação será contado:

- Para os custos relativos à mão de obra, da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta;
- Para os custos relativos ao transporte público: a partir da data da majoração da tarifa, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre o preço contratado.

Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a

partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação. Entendendo como última repactuação a data em que iniciados os efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, bem como a data em que ocorreu a repactuação dos custos decorrentes de mercado e da tarifa de transporte público, independentemente dos registros realizados por apostila ou da celebração do termo aditivo.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observando o princípio da anualidade do reajuste de preços de contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houver deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

### Os efeitos financeiros do pedido da repactuação serão contados:

- A data-base prevista no Contrato, desde que requerida a repactuação no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente, da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou da divulgação da nova tarifa;
- A partir da data do requerimento do Contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade da repactuação, já adotado no edital e no Contrato.

Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder os cálculos devidos, deverá, a requerimento do Contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercício tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, pelo Contratado.

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir as condições estipuladas nesta cláusula ou deixar de apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos Contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

## **11. DA GARANTIA CONTRATUAL**

Visando assegurar a Administração contra inadimplências por parte da CONTRATADA, exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei nº 14.133/2021, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## 12. DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Conforme Art. 122 da Lei 14.133/2021, “*Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração*”.

A subcontratação será permitida em atividades complementares ou acessórias, nos itens e quantidades estabelecidos no **Anexo VII - Limites de subcontratação**.

## 13. DA FISCALIZAÇÃO

Por FISCALIZAÇÃO entende-se a atividade exercida de modo sistemático pelo INEA e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

O INEA manterá desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma equipe de FISCALIZAÇÃO designada através de portaria para o acompanhamento e controle dos trabalhos.

A FISCALIZAÇÃO poderá vistoriar os serviços executados conforme sua necessidade e conveniência, ficando a CONTRATADA obrigada a passar todas as orientações e posicionamentos referentes, sempre que solicitado.

A execução dos serviços será acompanhada pela FISCALIZAÇÃO durante toda a vigência do contrato. Os materiais e documentos entregues pela CONTRATADA deverão ser aprovados pela FISCALIZAÇÃO antes do faturamento.

A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da FISCALIZAÇÃO, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela FISCALIZAÇÃO serão considerados como se fossem praticados pelo INEA.

Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por representantes designados, podendo para isso:

- a) solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e ou pessoas;
- b) paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as boas práticas ambientais, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- c) exercer rigoroso controle sobre o cronograma de rotinas de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- d) aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;
- e) avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato; e
- f) solicitar a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ou inadequada ao andamento dos trabalhos. A atuação ou a eventual omissão da FISCALIZAÇÃO durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO acompanhará a mensuração dos seguintes aspectos, dentre outros, quando for o caso:



- a) os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada; adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- b) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Caberá à CONTRATADA:

**14.1.** OBEDECER a todas as indicações da seleção e do contrato jurídico para os serviços prestados;

**14.2.** CONTRATAR e MANTER a equipe mínima prevista, própria e especializada, que executará as atividades constantes no presente Termo de Referência, conforme estabelecido no cronograma do Plano de Trabalho de modo a garantir o funcionamento do CETAS de forma contínua. Para a adequada condução do CETAS, a empresa contratada deverá ainda:

**14.2.1.** Prover equipe de profissionais para atuação desde o recebimento, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação e destinação dos animais silvestres provenientes da ação da fiscalização e resgate de instituições estaduais;

**14.2.2.** Implementar e acompanhar o planejamento operacional da gestão do CETAS;

**14.2.3.** Inspeccionar as condições em que o serviço está sendo executado e providenciando correções necessárias, bem como comunicar o INEA;

**14.2.4.** Fornecer bens e insumos necessários para a execução adequada do serviço prestado;

**14.2.5.** Apresentar a cada trimestre a relação dos animais recebidos, marcados e destinação, através de formulário/planilha definido junto ao INEA;

**14.2.6.** Apresentar, no último relatório anual, a compilação dos resultados obtidos ao longo de todo o projeto, comparando-os com os objetivos iniciais do mesmo e trazendo recomendações para projetos futuros com base nas experiências adquiridas;

**14.2.7.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previstos neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço, demissão de empregados e quaisquer outros casos, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o Inea, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

**14.2.8.** Providenciar, na falta de um profissional do corpo técnico, a sua substituição ou reposição no prazo máximo de 3 (três) horas, não sendo permitida, em razão da ocorrência, a prorrogação ou dobra da jornada de trabalho;

**14.2.9.** Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os profissionais durante a execução dos serviços, ainda que acontecido em dependência do CETAS;

**14.2.10.** Promover curso de reciclagem anual para a equipe, referente às atividades operacionais do CETAS;

**14.2.11.** Responder por qualquer dano causado por seus profissionais ao patrimônio do INEA, ou de terceiros, ainda que omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao ressarcimento;

**14.2.12.** Responsabilizar-se, inteira e exclusivamente, pelas eventuais perdas e extravios de seus materiais, equipamentos e insumos no decorrer da execução dos serviços;

**14.2.13.** Comunicar, por meio de exposição escrita ou eletrônica, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio do INEA ou IBAMA, pela execução dos serviços.

**14.3.** CONTRATAR E MANTER a equipe mínima prevista, própria e especializada, que deverá realizar as solturas e monitoramento de avifauna em ASAS.

**14.4.** A CONTRATADA deverá manter os preços, referenciais e escopo ofertados na proposta técnica, só ocorrendo reajustes para tais em oportuno Termo Aditivo findado entre as partes;

**14.5.** REALIZAR o escopo objeto deste Termo dentro da boa técnica e em conformidade legal, e fornecer, sempre que solicitado, informações e documentos necessários ao desenvolvimento do projeto;

**14.6.** ESTAR em contato direto com o INEA durante a execução dos serviços para efetuar um trabalho conjunto, troca de informações, orientações técnicas, definição de tarefas, prazos e critérios para aprovação, adequação dos produtos, agendamento de visita técnica, assim como para sanar qualquer dúvida e resolver qualquer problema relativo aos serviços prestados;

**14.7.** APRESENTAR disponibilidade para participação de reuniões com a equipe do INEA, na sede da Instituição, ao longo da execução do projeto, conforme descrito neste TR, e ainda:

**14.7.1.** ELABORAR as atas de reuniões realizadas junto à COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO do INEA;

**14.7.2.** PROVIDENCIAR, prontamente, as assinaturas de seus partícipes, estas podendo ser virtuais, desde que tenham a devidas autenticações eletrônicas;

**14.8.** CUMPRIR todas as diretrizes, realizar todas as tarefas e entregar todos os produtos dentro dos prazos determinados por este TR;

**Parágrafo único:** Em caso de atrasos nas entregas ou em quaisquer serviços prestados, a CONTRATADA deverá comunicar, formalmente e imediatamente à COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, juntamente à justificativa para tal;

**14.9.** APRESENTAR os produtos seguindo as orientações deste TR e da equipe DIRBAPE/GERFAU, adotando modelos e layouts padrões, quando cabível, a serem disponibilizados pelo INEA;

**14.10.** RESERVAR ao INEA todos os direitos de cópia, publicação, transmissão e/ou recuperação de todo ou parte do conteúdo por qualquer meio ou para todo o propósito, assim como o direito das imagens;

**14.11.** PROVER a equipe contratada de todos os equipamentos, insumos, materiais e apoio logístico necessários à execução integral de todos os produtos previstos no presente TR custeando todos os serviços de terceiros e equipamentos necessários à preparação do trabalho ora contratado;

**14.12.** DISPONIBILIZAR veículo conforme este TR, devidamente abastecido, durante o período de contrato para apoio logístico às atividades e ações desenvolvidas para execução das etapas descritas neste TR.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Caberá à FISCALIZAÇÃO DO INEA:

**15.1.** Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

**15.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

**15.3.** Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

**15.4.** Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

**15.5.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e aos termos de sua proposta.

**15.6.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**15.7.** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

**15.8.** Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições

estabelecidas neste Termo de Referência.

**15.9.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**15.10.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26º, da Lei nº 14.133/2021.

**15.11.** Proporcionar todas as facilidades sob sua responsabilidade e ao seu alcance para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas vigentes e de acordo com as cláusulas contratuais.

**15.12.** Impedir a intervenção de pessoal não autorizado nos locais do Contrato.

**15.13.** Designar um representante, denominado Fiscal, bem como seu Substituto, ambos com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, e os quais notificará a CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

**15.14.** Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do Fiscal, do substituto e de seus assistentes, aos quais competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo INEA ou até mesmo pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados.

**15.15.** Colocar em prática as recomendações técnicas feitas pela empresa, relacionadas com as condições de funcionamento, uso e segurança do equipamento e instalações.

**15.16.** Recomendar a aplicação de penalidades legais à CONTRATADA nos casos de inadimplemento contratual.

## **16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

O LICITANTE, previamente classificado em primeiro lugar, deverá comprovar capacidade técnica através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, nos parâmetros do **Anexo I -Qualificação técnica e equipe mínima**.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter:

- a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).
- b) Local e data de emissão.
- c) Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.
- d) Período de fornecimento.

Cumprir informar que somente serão considerados os atestados em conformidade com o descrito acima.

O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades.

## **17. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A fim de comprovar sua capacidade econômico financeira para a execução do objeto deverão ser apresentados os documentos abaixo:

a. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

- Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

b. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.
- Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

c. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

## 18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O INEA efetuará o pagamento por produto entregue, por meio de crédito em conta bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que devidamente atestada pelo Gestor do CONTRATO.

Os serviços serão pagos conforme a demanda, mediante análise e aprovação da Nota Fiscal pela comissão de fiscalização.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, fisicamente ou disponível em site, a qual deverá ser devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização.

Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE”, para verificar todas as condições de habilitação da CONTRATADA, donde sendo constatada a situação de irregularidade será comunicada por escrito para sua regularização, sendo lhe facultado a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

A CONTRATADA, para recebimento, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, a Certidão Negativa de Débito do INSS, a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS, conforme ACORDÃO 260/2002 do Plenário do TCU.

Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contrata pelo Estado.

*“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”*

## 19. DA PROPOSTA

O custos referentes ao serviço a ser prestado pela CONTRATADA deverá ser estimado conforme o **Anexo VI - Planilha de composição de custos**.

A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão e indicar valores unitários e totais para cada item ofertado.

## 20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASSPLAN) subordinado à Diretoria Executiva e de Planejamento (DIREX).

## 21. DO INSTITUCIONAL E LEGAL

A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado.

Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, independente de citação:

- A Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021;
- A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018;
- Outros Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, SEAP, Vigilância Sanitária, entre outros;
- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego MTE;
- Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;
- Lei nº 9605/2018;
- Lei Estadual nº 3467/2000;
- Resolução INEA nº 157/2018;
- Resolução Conama nº 487/2018;
- Resolução Conama nº 489/2018;
- Resolução Conema nº 62/2015.
- Instrução Normativa IBAMA nº 05/2021.

## 22. DA CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

## 23. APÊNDICES

São anexos deste Termo de Referência:

- **Anexo I - Qualificação técnica e matriz de responsabilidades** (SEI nº 94297434);
- **Anexo II - Produtos alimentícios** (SEI nº 93570751);
- **Anexo III - Lista de equipamentos** (SEI nº 93570975);
- **Anexo IV- Cronograma de execução e desembolso** (SEI nº 93571802);
- **Anexo V - Referências para a estimativa de gastos** (SEI nº 93572007);
- **Anexo VI - Planilha de composição de custos** (SEI nº 93572049);
- **Anexo VII - Limites de subcontratação** (SEI nº 93956905).

Atestamos que este Termo de Referência possui todos os elementos e parâmetros indicados no artigo 17 do Decreto estadual nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.

### EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**Andrea Yuri Takitani Miguel de Azevedo**  
Chefe de Serviço  
DIRBAPE/GERFAU/SERVFAUNA  
ID: 4461092-0  
Responsável Técnica

**Bruno Cid Crespo Guimarães**  
Adjunto I  
DIRBAPE/GERFAU/SERVFAUNA  
ID: 5094850-4  
Responsável pela elaboração

**Carina Baldi**  
Chefe de Serviço  
DIREX/GERADL/SERVCOMP  
ID: 5144082-2  
Responsável pela elaboração



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Yuri Takitani Miguel de Azevedo, Chefe de Serviço**, em 27/02/2025, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Cid Crespo Guimarães, Adjunto**, em 27/02/2025, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Pinheiro Gonçalves, Gerente**, em 27/02/2025, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carina Baldi, Chefe de Serviço**, em 10/03/2025, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **93562756** e o código CRC **A23EFAD9**.

Referência: Processo nº SEI-070002/013630/2024

SEI nº 93562756

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312  
Telefone: